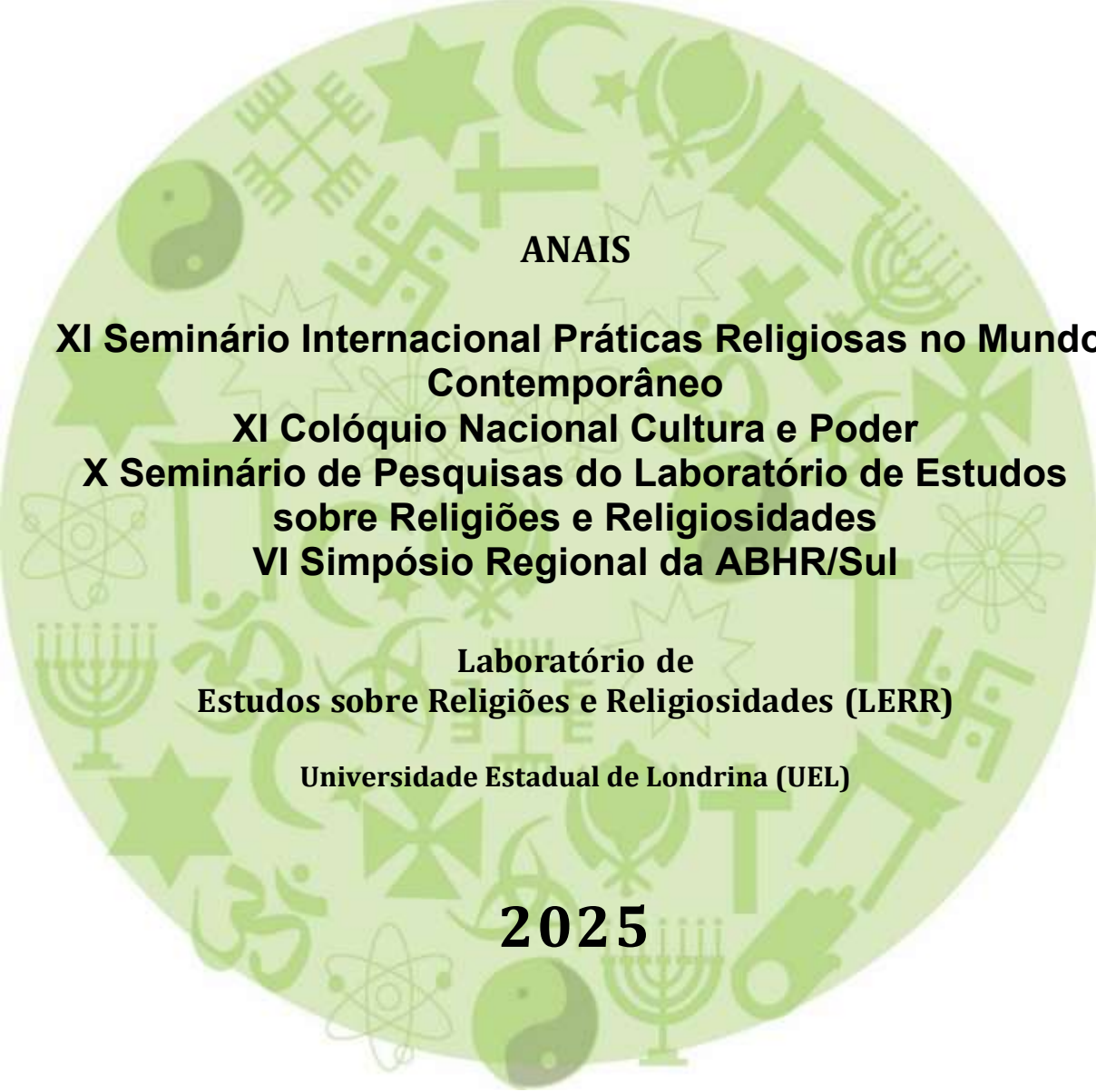




ANAIS

**XI Seminário Internacional Práticas Religiosas no Mundo
Contemporâneo**

XI Colóquio Nacional Cultura e Poder

**X Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos
sobre Religiões e Religiosidades**

VI Simpósio Regional da ABHR/Sul

**Laboratório de
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)**

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2025

**GT 1 – Interfaces entre Religiões e Política na
Contemporaneidade**

TRAJETÓRIA PARLAMENTAR DO DEPUTADO ZAQUEU DE MELO (1955-1962): APONTAMENTOS INICIAIS

Brandon Lopes dos Santos¹

Resumo: Neste trabalho, objetivamos analisar alguns aspectos da trajetória do deputado Zaqueu de Melo, pastor presbiteriano, durante seus dois mandatos na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), entre 1955 e 1962. Procuramos problematizar sua atuação para expandir a presença protestante na educação e na política eleitoral, contribuindo com as discussões sobre as articulações entre os campos religioso e político no espaço público. O parlamentar utilizou de seu espaço de poder para implantar um projeto político-educacional no estado, a partir de uma perspectiva protestante. Partimos da hipótese de que seu exercício na ALEP permite compreender a construção do primeiro movimento sistematizado de participação de evangélicos na política paranaense, com o propósito de executar ações que promovessem o avanço de suas concepções de sociedade, em um período de expressiva transformação social, a nível nacional e estadual. Para o desenvolvimento desta pesquisa, selecionamos alguns documentos de seu arquivo pessoal. Entendemos que essa trajetória permite compreender e questionar as particularidades e singularidades de sua vida, constantemente influenciadas pelo contexto social e moldadas por um processo dinâmico de interação e conflito entre as suas características individuais e as estruturas sociopolíticas.

Palavras-chaves: Religião; Política; Protestantismo; Trajetória.

INTRODUÇÃO

Reeleito em 1958, lancei um manifesto aos evangélicos do Paraná no qual afirmei que era meu intento não concorrer a nenhum pleito mais com a atual lei eleitoral, frouxa e cheia de vícios, repito. Esperei, em vão, três anos pela propalada reforma eleitoral.

[...] na caminhada dolorosa do progresso, que a nossa pobre humanidade empreendeu na busca do aperfeiçoamento, sempre há de haver revoluções, pacíficas ou violentas, para libertar os povos de formas estereotipadas e obsoletas da existência e impeli-los a novas conquistas para patrimônio comum. Eu fui, sou e serei revolucionário porque revolucionário foi, é e será o cristianismo autêntico (Melo, 1962, p. 6; 11).

A fala transcrita acima, pronunciada pelo deputado estadual Zaqueu de Melo em seu discurso de renúncia ao mandato na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), chama atenção para alguns elementos da trajetória deste personagem. Primeiro, o orador, que foi pastor presbiteriano, lançou um manifesto aos evangélicos paranaenses, indicando proximidade com esse público. Em seguida, se posicionou como “revolucionário”, tal qual o cristianismo que ele aponta como “autêntico”, que não é, continua noutra parte do discurso, aquele “deformado pelo totalitarismo eclesiástico do catolicismo ou pelo liberalismo individualista do protestantismo”. Guiado por essa noção, defendeu a luta pela transformação “sem nos prender a formas superadas da sociedade e sem ficar revoltados contra elas” (Melo, 1962, p. 11).

¹ Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), com bolsa financiada pela CAPES. Mestre em Sociedade e Desenvolvimento pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Graduado em História pela mesma instituição.

Essa concepção de “revolucionário” tem contornos específicos: sem armas, sem tomada de poder, uma “ordem revolucionária pacífica” que mudaria as estruturas “a fim de evitar que esta nova geração de nossos filhos se lance nas esquerdas e venha contra nós numa revolução violenta, para desgraça deles, nossa e da Pátria” (Melo, 1962, p. 4). Vale observar que, dois meses depois deste discurso, 167 evangélicos, de 14 denominações, se reuniram em Recife, na Conferência do Nordeste, para discutir a ação da Igreja no processo revolucionário brasileiro (Burity, 2011). Ironia de Clio quando, menos de dois anos depois, o deputado dito “revolucionário” sabia e, possivelmente, estava envolvido nas articulações para instaurar o golpe militar no Brasil, a dita revolução que salvou a pátria do perigo vermelho. Diferentes compreensões do conceito, quase como um jogo de palavras, permeiam o mesmo indivíduo, que é múltiplo, no constante ressignificar de suas vivências, resultado da dialética entre suas escolhas individuais conscientes e as estruturas sociais condicionantes.

Zaqueu de Melo (1914-1979) foi pastor presbiteriano, educador e deputado com atuação destacada no Paraná. Fundou e dirigiu o Instituto Filadélfia de Londrina, participou da criação do Hospital Evangélico e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina, embrião da Universidade Estadual de Londrina. Como deputado estadual, entre 1955 e 1962, concentrou sua atuação em temas educacionais e sociais, entrando em conflito com setores católicos e conservadores. Em 1957, criou a Ação Evangélica do Paraná, movimento que buscava mobilizar os evangélicos para eleger representantes do mesmo meio religioso, defendendo pautas como a reforma agrária, a moralização administrativa e a oposição ao comunismo e ao catolicismo ultramontano. Escreveu livros e artigos sobre religião e sociedade, mantendo presença ativa no debate público, como catalisador de forças, disputas e concessões para a construção de um movimento político que adentrasse o Estado, mas que também conquistasse os corações e mentes, via educação e ação social (Anjos, 2024).

Neste trabalho, objetivamos analisar a trajetória deste político durante seus dois mandatos na ALEP. O deputado procurou utilizar do seu espaço de poder para implantar um “revolucionário” projeto político-educacional no Paraná, a partir de uma visão de mundo protestante, atuação marcada por contradições, conflitos e alianças com agentes e instituições religiosas e seculares. Partimos da hipótese de que sua atuação parlamentar permite compreender as articulações do primeiro movimento de entrada sistematizada de evangélicos na política paranaense, com o propósito de executar ações que promovessem o avanço de suas concepções de sociedade, principalmente por meio da ação social e da educação. Essa dinâmica foi precursora da expressiva presença pública e política dos evangélicos no poder estadual e

nacional, a partir da década de 1980.

Propomos desenvolver esta pesquisa a partir os estudos biográficos, que foram refratados pela academia brasileira, no decorrer do século XX, tendo em vista que predominava uma perspectiva estruturalista que escanteava os indivíduos, e para evitar o modelo hagiográfico e elitista característico deste gênero. Em entrevista concedida a Saraiva e Machado (2025, p. 351), Wilton Silva pondera que, com as crises explicativas destes modelos e a ascensão de novas possibilidades na historiografia, abriu-se a possibilidade de trabalhar com trajetórias a partir das décadas finais do século XX. Desde a abertura para novos objetos e abordagens, procurou não reproduzir um “biografismo hagiográfico e cívico”, mas dar conta “da liberdade de escolha e das múltiplas racionalidades e interesses dos personagens, sempre inseridos em contextos com inúmeras possibilidades, contradições e incoerências”. As trajetórias tornam-se preocupadas em discutir o indivíduo, com suas subjetividades e singularidades, presentes na multiplicidade de suas ações, que não se dão linearmente.

Compartilhamos do entendimento de Silva (2009), quando pondera que essas trajetórias são produzidas em uma rede de relações composta por diferentes temporalidades, vínculos e pertencimentos, que partem tanto do espaço social do indivíduo estudado, quanto de quem escreve e para quem se escreve. Deve-se considerar as diferentes formas de controle simbólico, a individualização da sociedade humana, as experiências de duração e as estruturas que estão relacionadas com a cultura dos diferentes agentes. Seu potencial vai desde conhecer a densidade da vida e da época de pessoas comuns e “esquecidas” pelas narrativas, até a percepção de que os “sujeitos notáveis” são seres humanos construídos em suas complexas relações e dimensões, desenvolvidas em seu campo de possibilidades (Silva, 2009). As trajetórias, conforme Levillain (2003, p. 176), são “o lugar de excelência da condição humana e de sua diversidade, se não isolar o homem ou não o exaltar às custas de seus dessemelhantes”.

A partir dessas discussões, procuramos compreender a trajetória de Zaqueu de Melo, com suas estratégias para expansão de uma perspectiva protestante, a partir da educação e da política, em um período de expressiva transformação social ao nível nacional e estadual. Para o desenvolvimento desta pesquisa, nosso *corpus* empírico foi composto de alguns documentos que compõem o acervo pessoal do deputado. Em posse da empiria, analisaremos a trajetória do deputado, entendendo que ela permite compreender e questionar as particularidades e singularidades de sua vida, constantemente influenciadas pelo contexto social e moldadas por um processo dinâmico de interação e conflito entre as suas características individuais e as estruturas sociopolíticas e culturais.

ATUAÇÃO PARLAMENTAR DE ZAQUEU DE MELO

Zaqueu de Melo nasceu em Monte Carmelo (MG), em uma família de sitiantes católicos que migraram ao protestantismo e atuaram no desenvolvimento de pequenas comunidades religiosas em vários municípios da região do Triângulo Mineiro. Com a ascensão financeira de seus pais, estudou em escolas mantidas por igrejas protestantes, formou-se bacharel em Ciências e Letras pelo Instituto Gammon e em Teologia pela Faculdade Theologica da Igreja Christã Presbiteriana². Pastoreou a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) em São João da Boa Vista (SP), local em que procurou implantar um projeto educacional aos moldes do Instituto Gammon. Frustrado e com certa indignação contra o sistema eclesiástico de sua denominação, mudou-se para Londrina, em 1944, quando liderou, a contragosto, a IPB de Londrina por dois anos (1945-1946), igreja que ainda não contava com dez anos de fundação.

O processo de ocupação da região Norte do Paraná, onde se localiza Londrina, é um tema bastante debatido na historiografia, em especial sobre o papel das companhias colonizadoras³. Nas primeiras décadas do século XX, o Estado paranaense vendeu, a preços irrisórios, concessões de compras de terras consideradas devolutas para empresas privadas, dentre as quais a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), uma subsidiária inglesa. Inicialmente visando produzir algodão para suprir à indústria de tecelagem britânica⁴, a CTNP passou a vender pequenos lotes de terra, de cinco a quinze alqueires, utilizando propagandas que anunciavam “a ‘floresta exuberante’ e a fertilidade da terra, bem como a presença da terra roxa, sendo designada como ‘Terra da Promissão’, o ‘Novo Eldorado’, a ‘Nova Canaã’..., expressões que estarão presentes nas diversas narrativas” (Tomazi, 1999, p. 64).

Após o fim da II Guerra Mundial (1939-1945), houve uma expansão acelerada da migração e um *boom* cafeeiro que garantiram o enriquecimento de Londrina e do Norte do Paraná. Como consequência, a região sofreu um crescimento urbano desordenado, ocasionando problemas como falta de assistências básicas e aumento exponencial da pobreza nas terras que foram propagandeadas como local de enriquecimento fácil (Arias Neto, 2008). A cidade,

² Esse processo de formação familiar e educacional foi abordado na pesquisa de mestrado (Anjos, 2024). Parte da investigação aponta como sua trajetória foi marcada por conflitos religiosos, expectativas familiares e indecisões pessoais.

³ A historiografia oficial e parte da acadêmica mantém uma visão triunfalista do processo de ocupação promovido pela CTNP, por vezes considerada um esforço de reforma agrária bem-sucedido. Sobre essas discussões, consulte Arias Neto (2008) e Tomazi (1999).

⁴ O plano da CTNP era trazer migrantes assírios do norte do Iraque como mão-de-obra para trabalhar nas plantações de algodão, mas a pressão da elite paranaense, em parte motivada pelo preconceito étnico, fez com que a companhia alterasse seu projeto para a venda de terras.

projetada para receber 30.000 habitantes, já alcançava cerca de 100.000 no início da década de 1960. O declínio da economia cafeeira forçava um êxodo rural e as favelas tomaram seu espaço à força, com condições precárias de saúde e saneamento, conforme realidade apontada por Sônia Adum (1991). Enquanto a União Democrática Nacional (UDN) ganhava força no município, congraçando proprietários de terras, grandes comerciantes e profissionais liberais de destaque,

a imagem idílica da “capital mundial do café” passa a ser substituída pela realidade de uma cidade que se tornava grande, onde os problemas passaram a ser enfrentados com doses maiores de pragmatismo por parte do poder público, enquanto a população pobre galgou espaços de participação política e cidadania ativa (Souza, 2016, p. 141).

6

Em resposta a esta realidade de crescimento econômico e da falta de apoio do poder público, Zaqueu de Melo fundou um colégio protestante, o Instituto Filadélfia de Londrina (IFL), por meio de uma iniciativa própria, sem apoio financeiro das instituições religiosas. O colégio, que seguia os moldes de outros educandários evangélicos, contava com cursos técnicos e comerciais, valorização do esporte e da ginástica – em conformidade às praxias sanitaristas –, uso de métodos experimentais e realização de atividades práticas, além da coeducação entre gêneros e a ênfase na música. Com intensões pedagógicas, religiosas e políticas, aceitava alunos sem distinção de credo, raça ou classe, e não praticavam um proselitismo direto. Conforme Vasni Almeida (2017, p. 158), esses espaços educacionais, dentre os quais o IFL, com suas aspirações de progresso e civilidade ao estilo norte-americano, “difundiram métodos de ensino que em muito se traduziam no tipo de sociedade que tinham como ideal, ou seja: ordeira, laboriosa, higiênica, que valorizava a individualidade e a criatividade. Pelas escolas, abriam as portas das igrejas”. O IFL cresceu rapidamente e, conseqüentemente, se intensificaram as disputas entre os diferentes agentes e grupos evangélicos pelo seu controle, tendo em vista como a instituição configurou uma esfera de poder com forte influência na sociedade londrinense.

Foi também para ampliar a obra pedagógica que, entre 1955 e 1962, exerceu o cargo de deputado estadual no Paraná. O educador costumava propor pequenas alterações na legislação paranaense para favorecer a criação de novos cursos e aumentar a estrutura do IFL. Objetivou e foi cotejado para assumir a Secretaria de Educação do Paraná, projeto impedido por pressão da arquidiocese de Curitiba. Ainda que sem a pasta, articulou a expansão do IFL para outros municípios, como Maringá, Cianorte e Umuarama, seguindo a trilha de cidades fundadas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, antiga CTNP. Mantinha boas relações com essa

instituição, em especial com o diretor-gerente Hermann Moraes de Barros, político ligado à UDN. Procurou fundar uma faculdade evangélica em Londrina, mas, pela pressão popular, alterou o projeto, dando origem à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina. Essa descrição sumária de parte de suas ações evidencia a utilização da máquina pública, em especial do Estado, para implementar um projeto de educação protestante no Paraná.

A literatura acadêmica tem dado ênfase à atuação dos evangélicos na política partidária a partir do processo de redemocratização, na década de 1980⁵, mas ainda há um campo de pesquisa em construção sobre a atuação desses grupos em períodos anteriores da história do Brasil. Desde o início da República até o governo provisório de Getúlio Vargas, os protestantes estavam apáticos às discussões eleitorais, convictos da seguridade de seus direitos e da manutenção do regime de laicidade garantido pela Constituição de 1891, com “uma atitude esquizofrênica no interior dessa nova versão de Cristianismo não-católico no Brasil”, que “considerava ser sua meta principal fazer prosélitos sem se envolver com questões políticas e sociais”, ao passo que “assumia posturas, que decorriam naturalmente de sua inserção no campo religioso” (Campos, 2006, p. 31-32).

Neste período, surgiram no Paraná políticos de orientação evangélica ocupando cargos relevantes, como Ernesto Luiz de Oliveira, secretário da Agricultura durante o governo de Carlos Cavalcanti de Albuquerque (1912-1916). Conforme Campos (2006, p. 37), as eleições desses parlamentares protestantes eram fruto da conversão do capital econômico em político, “o qual foi sendo acumulado por suas famílias ou por eles mesmo, por meio da prática de profissões liberais como médicos, advogados ou engenheiros”, e pouco ou nada tinham a ver com suas posições confessionais. Ainda não havia estratégias corporativas para instrumentalizar a identidade religiosa em prol das candidaturas.

Contudo, diante da nova Constituição de 1934, católicos e evangélicos passaram a se organizar para atuar sobre a formação da constituinte. A Igreja Católica, que já tentava criar partidos políticos desde a década de 1920, promoveu a Liga Eleitoral Católica (LEC), fundada por meio do Centro Dom Vital, visando fazer pressão e formar uma consciência política nos fiéis, independente da filiação partidária ou de sua posição doutrinária-eleitoral. Na prática, selecionavam e indicavam candidatos que defendiam alguns pontos considerados essenciais, dentre os quais a oposição ao comunismo, espiritismo, maçonaria e protestantismo. A LEC era nacional, dividida em juntas de âmbito estadual e regional, o que garantia capilaridade ao

⁵ Sobre a atuação dos evangélicos no espaço público nas quatro últimas décadas, consultar Pérez Guadalupe e Grundberger (2019), Pérez Guadalupe e Carranza (2020) e Rodrigues e Lelis (2020).

projeto (Carneiro Júnior, 2014).

Também os evangélicos reagiram, construindo o que possivelmente foi a primeira tentativa oficial de lançar um candidato representante do grupo ao nível federal. Conforme Campos (2006), havia uma preocupação com os rumos que seriam tomados na Constituinte, mas também com a força e relevância alcançada pelos partidos integralista e comunista. O presbiteriano Nicolau Soares do Couto Esher criou a União Cívica Evangélica, a fim de eleger o pastor presbiteriano Miguel Rizzo Júnior como deputado constituinte, mas não alcançou sucesso eleitoral (Almeida, L., 2017). Em paralelo, o pastor metodista Guaracy Silveira, que receberá nenhum endosso formal, foi eleito pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB)⁶, autoidentificado como protestante, liberal e socialista. Sua atuação foi consagrada na literatura principalmente pela oposição à obrigatoriedade do Ensino Religioso de vertente católica e pela luta para regulamentação da educação moral e cívica (Oliveira, 2008).

Após o Estado Novo (1937-1945), com a reabertura democrática, foram realizadas algumas articulações para formar uma plataforma de apoio, lançar candidatos únicos e tentar concentrar as votações. O pastor batista José de Souza Marques criou o Partido Republicano Democrático (PRD), a primeira legenda fundada por um líder protestante, mas não alcançou grande expressão. Em 1948, com a união de outros grupos, o PRD se tornou Partido Republicano Trabalhista (PRT), de caráter progressista, liderado por Guaracy Silveira (Santos, 2015). Souza Marques, que além de pastor, era maçom, foi vereador do Distrito Federal, quando “assegurou que o monumento ao Cristo Redentor fosse utilizado e administrado pela Igreja Católica Apostólica Romana, porém não fosse um santuário católico, mas um símbolo do humanismo cristão e universalista” (Baía, 2020, p. 144), e também deputado constituinte do estado da Guanabara.

Fato é que, neste período entre as ditaduras varguista e cívico-militar, os evangélicos ampliaram sua participação política eleitoral, ainda que em um modelo diferente daquele que será executado na década de 1980. As mudanças socioeconômicas que ocorreram no cenário nacional contribuíram com essa expansão, das quais podemos citar o crescimento numérico da vertente, que alcançou 4% da população em 1960; a obrigatoriedade do voto feminino, tendo em vista que as mulheres eram em maior número e mais assíduas nos trabalhos das igrejas; o êxodo rural, que tornava a participação eleitoral relativamente livre do controle dos coronéis; a queda do analfabetismo, que ampliou o número de votantes. Conforme Freston (1993, p. 157),

⁶ Foi expulso do partido porque entrou em choque com as alas radicais marxistas, e migrou para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), até seu fechamento pelo Estado Novo.

Em 1950, os protestantes elegeram pela primeira vez mais que um deputado federal. O número foi aumentando até o patamar de 9 a 13 deputados. Eram quase somente de igrejas históricas. Alguns destes históricos tinham eleitorado basicamente protestante, outros, não; uns recebiam apoio dos líderes de suas denominações, outros, não; mas nenhum tinha o endosso oficial de qualquer igreja. Defendiam os interesses protestantes, mas geralmente de maneira discreta.

Se algumas pesquisas se debruçam sobre a atuação de evangélicos na política da Quarta República ao nível nacional e, em alguns momentos, em estados, no caso do Paraná há uma lacuna considerável na produção acadêmica sobre a temática. Do lado católico, Carneiro Júnior (2014) aponta que a vertente era composta por um clero modernizador conservador, alinhado às ideias do Centro Dom Vital e do Cardeal Sebastião Leme. Liderados pela Arquidiocese de Curitiba, pastoreada por Dom Manuel da Silveira D'Elboux – desafeto do deputado paranaense desde São João da Boa Vista –, a LEC foi instalada no Paraná em 1953 e no ano seguinte já indicou apoio a candidatos que se comprometessem com a Doutrina Social da Igreja.

Não encontramos produção que aborde a atuação dos protestantes na política paranaense durante o período estipulado. Zaqueu de Melo, pastor protestante eleito em 1954 e em 1958 para os mandatos de 1955 a 1958 e 1959 a 1962, pretendeu avançar com a disseminação de colégios protestantes pelo estado. Mas também criou um movimento, a partir de 1957, para preparar e eleger candidatos evangélicos em todo o Estado, nomeado como Ação Evangélica do Paraná (AEP). O objetivo da entidade era conscientizar os evangélicos paranaenses sobre a importância de eleger representantes que fossem do mesmo meio religioso. Conforme Melo (1958), “dos 180 mil evangélicos paranaenses, ainda não se pode contar com votação suficiente para garantir a eleição de um deputado federal e de dois deputados estaduais”. A AEP (1959) se opôs ao comunismo e ao “catolicismo ultramontano”, e defendeu que a “paz social e a estabilidade da nação só podem ser alcançadas e mantidas pela aplicação dos princípios de Cristo à vida nacional de modo que o trabalhador tenha vida condigna, a terra seja garantida ao lavrador, haja moralização administrativa, impere um patriotismo sadio”.

A estrutura durou pelo menos três anos, circulou vários boletins, realizou três congressos estaduais e publicou o jornal *Paraná Evangélico*, “órgão de orientação dos evangélicos do Paraná”. Na eleição de 1958, o líder da AEP foi o candidato mais votado do Partido Social Progressista (PSP), com 6.760 votos, quase três vezes mais do que a eleição anterior, quando alcançou 2.468. Essa votação veio, segundo o deputado (1958), do “apoio eleitoral de milhares de evangélicos e centenas de católicos e espíritas que, também, comungaram conosco do

mesmo ideal”.

Como parlamentar, fez oposição ao uso de dinheiro público na fundação da Diocese de Londrina, defendeu o mandato turbulento de Moisés Lupion mesmo diante das disputas internas dentro do PSP. Em 1960, migrou para o Partido Social Democrático (PSD), defendeu o parlamentarismo e anunciou em uma entrevista que considerava a democracia como um regime falido. Foi convidado pela União Democrática Nacional (UDN) para lançar sua candidatura a deputado federal, em 1962, mas renunciou ao mandato de deputado estadual e à nova eleição, como forma de protesto contra o sistema eleitoral da época.

Entre as polêmicas – não foram poucas – que se envolveu durante os seus mandatos, as discussões sobre reforma agrária ganharam espaço, em recorrentes conflitos com deputados e clérigos católicos. Os debates sobre o uso e distribuição da terra ganharam fôlego no decorrer da década de 1950, em especial com a criação das Ligas Camponesas, que eram, de início, sociedades agrícolas “criadas para atender de forma pontual aos problemas presentes daquela comunidade” (Montenegro, 2003, p. 249). Lideradas pelo deputado estadual Francisco Julião, eleito em 1954 com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o movimento ganhou força no Nordeste e foi associado pela mídia nacional e internacional com o comunismo. Conforme Silva (2006), em resposta ao movimento emergente e à sindicalização do meio rural, em parte efetuada pelos comunistas do Norte do Estado, os bispos de Maringá (Dom Jaime Luiz Coelho), Londrina (Dom Geraldo Fernandes), Campo Mourão (Dom Eliseu Simões Mendes) Pedro Felipak, padre e depois bispo de Jacarezinho, organizaram a Frente Agrária Paranaense (FAP).

Na mesma data em que Francisco Julião viria ao Paraná, para o II Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais, realizado em Maringá, a FAP organizou a Festa da Colheita, em que, entre procissões e discursos, foi realizado o ato simbólico de encenar o enterro do deputado pernambucano. Zaqueu de Melo, na tribuna da ALEP, defendeu que era preciso ouvir as ideias de Julião, e desqualificou o clero católico de falar sobre reforma agrária, considerando que possuía latifúndios na região de Maringá. Entre as controvérsias, há uma disputa pela concepção e pela forma de execução da reforma agrária, entendida a partir de diferentes ideologias. Conforme Silva (2006, p. 232), o clero do Norte do Paraná defendia fazer

uma “reforma agrária” diferente: “autêntica, justa e inteligente”, dentro do “modelo cristão”, respeitando as leis do país e baseada “nas normas da justiça”. O ideal seria permitir ao assalariado, um dia, tornar-se proprietário. Mas não seria possível que todos os homens do campo se tornassem proprietários: ou se fracionaria a propriedade de forma exagerada, ou se tomariam dos que a possuíam para dar aos que não a possuíam. A reforma agrária devia, portanto, respeitar a propriedade privada, porque seria “um

direito natural de toda a criatura humana”. Distribuir a terra, promovendo o “simples proletário à categoria de proprietário” seria em vão. Assim, o problema da agricultura não estava no acesso à terra, mas sobretudo na falta de uma “formação ética e cultural adequada” do homem do campo.

O deputado paranaense catalisa em torno de si várias transformações sociais e políticas que ocorreram na época. Percorrer e problematizar sua trajetória parece oportuno para compreender como o protestantismo se organizou e atuou no estado, em tempos de acentuada transformação político-social, em temas relevantes como participação eleitoral, reforma agrária e modelos de educação. Essa trajetória, ainda não explorada pela pesquisa acadêmica, abre uma possibilidade original de compreensão das articulações evangélicas no espaço público paranaense.

11

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção historiográfica sobre o protestantismo no Brasil foi influenciada e mudou sua chave de leitura a partir dos anos 2000, quando passou a analisar seu objeto como uma força cultural que está sob a influência das conjunturas históricas e das práticas sociais. Silva, Santos e Almeida (2017), ao discutirem sobre as transformações nas pesquisas sobre evangélicos no Brasil, apontam que as novas abordagens, em construção nas últimas duas décadas, possibilitaram a emergência de estudos que contemplem as pluralidades das experiências religiosas, compostas pelos diversos discursos, estratégias e práticas. Com isso, são problematizadas as narrativas lineares, que escondem as tensões políticos-eclesiásticas e as teias de poder que competem pelo espaço privilegiado na instituição.

Com essa mudança epistêmica, amplia-se a possibilidade, no meio acadêmico, de construir a trajetória de personagens protestantes. Ainda há um número reduzido de trabalhos na área de História que se utilize dessa perspectiva teórico-metodológica. Esse montante amplia-se quando observamos as áreas de Educação e Ciências da Religião, possivelmente pela participação de figuras evangélicas nas reformas educacionais da Primeira República (Veras, 2018). Silva e Veras (2016), ao analisarem algumas obras eclesásticas, apontam ser comum a difusão de materiais (auto)biográficos, mas com uma construção linear, homogênea, semelhante às hagiografias. O campo do conhecimento sobre as relações entre protestantismo, cultura e sociedade brasileira se aperfeiçoa com as trajetórias e biografias, “na busca de traduzir uma experiência de duração e estruturas imaginativas que relacionam uma vida e suas relações com a cultura na qual se insere uma ‘vida póstuma’ na qual mortos e vivos dialogam a partir das heranças dos primeiros e das carências dos segundos” (Silva, 2009, p. 153).

A análise contextual deste modelo de negociação entre religião e política auxilia a pôr em perspectiva as articulações contemporâneas entre os dois campos. Há continuidades? O que se perdeu com o tempo? O que é possível analisar das décadas de 1950 e 1960, que foram marcadas por “um momento de grande efervescência entre os evangélicos brasileiros que em diversos aspectos abre uma etapa de significativa interação do protestantismo com a sociedade brasileira” (Burity, 2011, p. 9). Talvez a principal perda tenha sido a possibilidade de agentes protestantes intelectuais que conseguem dialogar com o diferente, fazer críticas às suas próprias instituições e problematizar questões sociais relevantes a partir de sua visão de mundo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciane Silva de. Da defesa do Estado Laico à “Revolução enviada por Deus”: protestantes históricos e política no Brasil, um breve histórico (1900-1970). In: SILVA, Elizete; SANTOS, Lyndon de Araújo; ALMEIDA, Vasni de (Orgs.). **Os 500 anos da Reforma Protestante no Brasil: um debate histórico e historiográfico**. Curitiba: Editora CRV, 2017, p. 167-189.

ALMEIDA, Vasni de. Protestantismo e república no Brasil: política, sociedade e educação. In: SILVA, Elizete; SANTOS, Lyndon de Araújo; ALMEIDA, Vasni de (Orgs.). **Os 500 anos da Reforma Protestante no Brasil: um debate histórico e historiográfico**. Curitiba: Editora CRV, 2017, p. 139-163.

ANJOS, Brandon Lopes dos. **“Longe das peias da herança e da pressão social, ele tem uma vontade livre”**: trajetória de Zaqueu de Melo e configurações do protestantismo brasileiro. 147f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento) – Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2024.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: representações da política em Londrina 1930-1975. Londrina, EDUEL, 2008.

BAÍÁ, Paulo. Pensamento social e político de José de Souza Marques: trajetória de vida de um combatente pelas tolerâncias, inclusão social e mobilidade geopolíticas e territoriais no Brasil. **Revista NEP**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 140-179, 2020.

BURITY, Joanildo. **Fé na revolução**: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1961-1964). Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.

CAMPOS, Leonildo Silveira. De políticos de Cristo – uma análise do comportamento político dos protestantes históricos e pentecostais do Brasil. In: BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores Campos (Orgs.). **Os votos de Deus**: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2006, p. 29-90.

CARNEIRO JÚNIOR, Renato Augusto. **Religião e política**: a Liga Eleitoral Católica e participação da Igreja nas eleições de 1954. Curitiba: SAMP, 2014.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 141-184.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 241-271.

OLIVEIRA, Cilas Ferraz de. **Nunca, na história deste país...** A contribuição de Guaracy Silveira ao metodismo do Brasil. 161f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2008.

PÉREZ GUADALUPE, José Luis; CARRANZA, Brenda (Orgs.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos no século XX**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

PÉREZ GUADALUPE, José Luis; GRUNDBERGER, Sebastian (Eds.). **Evangélicos y poder en América Latina**. Lima: Kas; IESC, 2019.

RODRIGUES, Donizete; LELLIS, Nelson (Orgs.). **Religião e política: o contexto da lusofonia**. São Paulo: Recriar, 2020.

SANTOS, João Marcos Leitão. “A serviço do povo para a grandeza da pátria”: o Partido Republicano Democrático – Um partido protestante. **Fatos & Versões**, Dourados, v. 7, n. 14, p. 48-79, 2015.

SARAIVA, Daniel Lopes; MACHADO, Ana Carolina. Sobre os estudos biográficos no âmbito da História: uma conversa com Wilton Carlos Lima da Silva. **Outros Tempos**, São Luís, v. 22, n. 39, p. 338-360, 2025.

SILVA, Elizete da; SANTOS, Lyndon de Araújo; ALMEIDA, Vasni de. Historiografia do protestantismo brasileiro e a reforma protestante. In: SILVA, Elizete da; SANTOS, Lyndon de Araújo; ALMEIDA, Vasni de (Orgs.). **Os 500 anos da Reforma Protestante no Brasil: um debate histórico e historiográfico**. Curitiba: Editora CRV, 2017, p. 43-86.

SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

SILVA, Wilton Carlos Lima. Biografias: construção e reconstrução da memória. **Fronteiras**, Dourados, v. 11, n. 20, p. 151-166, jul./dez. 2009.

SILVA, Wilton Carlos Lima; VERAS, Rogério de Carvalho. As biografias protestantes como hagiografias: análise de três obras biográficas do protestantismo brasileiro (1930-1950). **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 9, n. 26, p. 163-184, set./dez. 2016.

SOUZA, Eder Cristiano. Londrina e o Norte do Paraná nos anos 1956 a 1964: questões urbanísticas e conflitos sociais na “Capital Mundial do Café”. In: ROMPATTO, Maurílio; Guilherme, Cássio Augusto; CRESTANI, Leandro de Araújo (Orgs.). **História do Paraná: migrações, políticas e relações interculturais na reocupação das regiões Norte, Nordeste e Oeste do Estado**. Toledo: Editora Fasul, 2016, p. 140-162.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construção e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EdUEM, 1999, p. 51-85.

VERAS, Rogério de Carvalho. **O arquiteto das orquídeas: trajetória e memória de George William Butler, médico e missionário protestante no Nordeste da aurora republicana (1883-1919)**. 391f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018.

* * * * *